# III CONGRESSO NACIONAL DE PESQUISA JURÍDICA

# OS DESAFIOS DA SUSTENTABILIDADE DEMOCRÁTICA









# Tipificar os crimes de manipulação de imagem de forma não autorizada feito por IA

## Autor(res)

Narda Roberta Da Silva Matheus Martins Tolentino

## Categoria do Trabalho

Trabalho Acadêmico

#### Instituição

FACULDADE ANHANGUERA DE BELO HORIZONTE

### Introdução

As DeepFakes são um tipo de software que usa de inteligência artificial que criam aúdios, videos e imagens falsas de pessoas e normalmente com poucos cliques você encontra sites com esse recurso que são usadas com más intenções afim de prejudicar a dignidade, a honra e imagem de um cidadão.

Ocorre que, o Brasil ainda possui pouca legislação voltada para o Direito Digital, especificamente ainda para tipificar condutas inapropriadas na internet como por exemplo a manipulação de imagens de forma não autorizadas por recursos tecnológicos e entre outras ações mal intencionadas não enquadradas.

Com o acesso amplo da internet, faz se necessario o enquadramento por lei de condutas de manipulação de imagem como crime , afim de preservar os direitos e garantias fundamentais do Art 5 da Constituição Federal inciso X.

# Objetivo

Aprofundar mais sobre como é aplicada as sanções e se existe algum projeto de lei em tramitação e em relação a condutas de tipificação afim de analisar mais sobre a situação do assunto no âmbito juridico.

### Material e Métodos

Para essa pesquisa utilizei noticias que falavam sobre assuntos relacionados a alunos que utilizaram sites para denegrir uma aluna em RJ e também o mesmo fato em Minas Gerais, Livros como Vademecum para eu ler sobre os Arts da Constituição Federal e por ultimo Bloqs que falavam sobre as inteligencias artificiais e como elas funcionam dentro da internet.

Pesquisei tudo de uma forma que o assunto fosse bem abrangente

#### Resultados e Discussão

Como não há uma tipificação dos crimes de manipulação de imagem não autorizada quando feitos eles são enquadrados nos crimes de difamação, injuria, como também no art. 140 - Injuriar alguém, ofendendo-lhe a dignidade ou o decoro:

Pena - detenção, de um a seis meses, ou multa e no Art. 139 - Difamar alguém, imputando-lhe fato ofensivo à sua reputação:

Anais do III Congresso Nacional de Pesquisa Jurídica - 2024, Belo Horizonte. Anais [...], Londrina: Editora Científica, 2024. ISBN 978-65-00-96989-4

# III CONGRESSO NACIONAL DE PESQUISA JURÍDICA

# OS DESAFIOS DA SUSTENTABILIDADE DEMOCRÁTICA









Pena - detenção, de três meses a um ano, e multa.

Além do que está previsto no Código Penal, no Congresso há propostas de legislações específicas sobre o tema. Na Câmara Federal, existem ao menos 12 projetos de lei em tramitação que tipificam crimes como golpes ou criação de 'pornô fakes' gerados por Inteligência Artificial.

#### Conclusão

O projeto de lei N 623 de 2024 do senador Jader Barbalho é um bom alicerce para começamos a tipificar crimes como esse cometidos pena internet e da entrada em outros como a utilização correta e proibição acões ilicitadas e assim abranger mais ainda os direitos digitais e além de resguardar os direitos fundamentais

#### Referências

https://www.jusbrasil.com.br/artigos/direito-digital-tudo-o-que-voce-precisa-saber/880050922

https://g1.globo.com/tecnologia/noticia/2022/02/11/o-que-e-deepfake-e-como-ele-e-usado-para-distorcer-realidade.ghtml

https://lupa.uol.com.br/jornalismo/2023/11/23/como-a-lei-brasileira-pune-o-uso-de-ia-para-gerar-nudes-ou-porno-fakes

https://www.totvs.com/blog/inovacoes/o-que-e-inteligencia-artificial/